





RESUMO EXECUTIVO:

Uma análise jurídica independente das violações da Convenção sobre Genocídio, por parte da Federação Russa na Ucrânia, e o dever de prevenção

MAIO 2022

Prefácio do Dr. Azeem Ibrahim

Este relatório é o primeiro a abordar uma das questões mais controversas e importantes sobre a invasão da Ucrânia pela Rússia: se esta guerra tem um carácter genocida. Enquanto decorre o conflito, ferramentas modernas permitem analisar essa questão fundamental e o apuramento da verdade.

Sendo a palavra "genocídio" utilizada com tanta frequência — e também tão discutida —, não é conveniente atribuir-lhe uma definição pouco rigorosa. É fundamental apurar com clareza os factos, usando as oportunidades oferecidas pelos métodos modernos de investigação e proceder a uma análise jurídica de acordo com a lei aplicável.

Este projeto foi desenvolvido pelo Instituto New Lines e pelo Centro Raoul Wallenberg para os Direitos Humanos, que reuniu três equipas de especialistas para analisar o tema. Incluiu uma equipa de juristas e de especialistas em genocídio, um segundo grupo formado por investigadores de inteligência de código-aberto (OSINT) e linguistas que puderam usar o amplo acervo de fontes primárias já criado por esta guerra: comunicações interceptadas e testemunhos.

O Instituto New Lines e o Centro Raoul Wallenberg para os Direitos Humanos realizaram um exaustivo trabalho sobre os genocídios dos Rohingyas e dos Uigures, nomeadamente produzindo o primeiro relatório sobre o crime de genocídio em Xinjiang, de acordo com a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio de 1948.

Este relatório conclui, de forma plausível, que a Rússia é responsável, enquanto Estado, pela violação do Artigo II e do Artigo III (c) da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio à qual está vinculada. Também conclui haver um sério e inquestionável risco de genocídio, exigindo o compromisso internacional dos Estados em preveni-lo, de acordo com o Artigo I da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio.

Este é o primeiro relatório do género, mas não a palavra final sobre o assunto. Esperamos que outros se sigam.

Dr. Azeem Ibrahim Diretor, Iniciativas Especiais New Lines Institute for Strategy and Policy Washington, D.C.

Resumo executivo

O presente relatório apresenta uma investigação independente sobre a responsabilidade da Rússia na violação da Convenção sobre Genocídio ao invadir a Ucrânia e conclui:

- 1) haver fundamentos plausíveis para acreditar que a Rússia é responsável por: (i) incitamento direto e público ao crime de genocídio, e (ii) um padrão de atrocidades do qual se pode deduzir a intenção de destruir, em parte, o grupo nacional ucraniano; e
- 2) a existência de um sério risco de genocídio na Ucrânia, que exige o compromisso jurídico de todos os Estados para preveni-lo.
- I. O grupo protegido. O grupo nacional ucraniano é reconhecido a nível interno e internacional e expressamente pela Rússia nas relações interestatais e, por conseguinte, está sob proteção da Convenção sobre Genocídio.
- II. Incitamento ao genocídio. De acordo com o Artigo III (c) da Convenção, o incitamento direto e público ao genocídio constitui um crime específico, independentemente de ser seguido ou não de genocídio.
- III. O incitamento ao genocídio orquestrado pelo Estado russo.
 - a) Negação da existência de uma identidade ucraniana. Altos funcionários russos e comentadores de meios de comunicação estatais negam, publica e reiteradamente, a existência de uma identidade ucraniana distinta, sugerindo que aqueles que se identificam como Ucranianos são nazis ou ameaçam a unidade da Rússia e, por isso, são merecedores de castigo. De acordo com o guião das Nações Unidas para a avaliação do risco de atrocidades em massa, a negação da existência de um grupo protegido é um indicador específico de genocídio.
 - b) Acusação ao espelho. "A acusação ao espelho" é uma forma historicamente recorrente e poderosa de incitamento ao genocídio . O criminoso acusa o grupo visado de ter planeado ou cometido atrocidades semelhantes às que pretende cometer contra ele, apresentando as vítimas como uma ameaça existencial, de forma a que a violência contra elas pareça ser defensiva e necessária. Foi exatamente o que fez o presidente Vladimir Putin e as autoridades russas ao declararem, de modo absolutamente falso, que a Ucrânia havia cometido genocídio ou exterminado a população civil nas regiões separatistas controladas pela Rússia, como pretexto para invadir a Ucrânia.
 - c) "Desnazificação" e Desumanização. As autoridades russas e os meios de comunicação estatais evocam reiteradamente a "desnazificação" como um dos principais objetivos da invasão e descrevem generalizadamente os Ucranianos, como sub-humanos ("zumbificados", "animalescos", "inferiores"), doentes e contaminados ("escumalha", "imundos", "desordeiros"), ou ameaças existenciais e o cúmulo do mal ("Nazismo", "Juventude Hitleriana", "Terceiro Reich"). Esta retórica é utilizada para retratar uma parte substancial ou toda uma geração de Ucranianos como nazis e inimigos mortais, tornando-os alvos legítimos ou necessários de destruição.
 - d) A representação dos ucranianos como uma ameaça existencial. No contexto russo, a campanha de incitamento orquestrada pelo Estado estabelece claramente uma relação entre a atual invasão e a guerra existencial da União Soviética contra a Alemanha nazi durante a Segunda Guerra Mundial, amplificando o impacto da propaganda junto da população russa, para que esta cometa ou tolere atrocidades em massa. No dia 5 de abril de 2022, Dmitry Medvedev, o atual vice-presidente do Conselho de Segurança da Rússia, publicou: "tendose transformado no Terceiro Reich... a Ucrânia sofrerá o mesmo destino... e ela merece! Essas tarefas não podem ser concluídas imediatamente. E não serão decididas apenas nos campos de batalha." Um dia antes das grandes celebrações do Dia da Vitória, que assinala o triunfo soviético sobre a Alemanha nazi, o presidente Putin enviou uma mensagem, via Telegram, aos separatistas apoiados pela Rússia, afirmando que os Russos estão a lutar "pela libertação da sua terra natal da escumalha nazi" e prometendo que "a vitória será

- nossa, como foi em 1945." A Igreja Ortodoxa Russa reiterou publicamente este paralelismo histórico e elogiou a luta dos Russos contra os nazis.
- e) Condicionar o público russo a cometer ou a tolerar as atrocidades. As autoridades russas negaram as atrocidades cometidas pelas suas forças armadas e premiaram os militares suspeitos de assassinatos em massa na Ucrânia, incentivando os soldados a cometer, e a população russa a tolerar, mais atrocidades. Essas autoridades têm a capacidade de incitar diretamente o público, direcionando e amplificando a sua propaganda através de um panorama mediático controlado e de uma severa censura em torno da guerra. Os responsáveis pela disseminação desse tipo de propaganda são todos personalidades políticas e religiosas de grande influência, além de figuras dos meios de comunicação social controlados pelo Estado, incluindo o presidente Putin. São crescentes as evidências de que os soldados russos interiorizaram a propaganda estatal, fazendo refletir o seu conteúdo nos atos de violência que cometem. Declarações gravadas de soldados incluem ameaças de violar "todas as putas nazis," "caçar nazis", "vamos libertá-los dos nazis", "estamos aqui para limpá-los da porcaria" (após uma execução pública), entre outras.
- IV. Intenção genocida. O que distingue o genocídio de outros crimes internacionais é a "intenção de destruir [um grupo protegido], no todo ou em parte". Esta intenção pode ser atribuída ao Estado através da evidência de um plano geral (obtida a partir de declarações oficiais, documentos ou políticas) ou pode ser inferida a partir de um padrão sistemático de atrocidades que visam o grupo protegido. Os cinco atos genocidas assassinar, causar atentado grave à integridade física e mental, submissão deliberada a condições de existência que acarretarão a destruição física, medidas destinadas a impedir os nascimentos e transferência forçada de crianças também podem apontar para uma intenção genocida quando encarados na sua globalidade.
 - Um plano genocida. Um "plano geral" para destruir, em parte, o grupo nacional ucraniano pode ser demonstrado pelo incitamento ao genocídio que impulsiona a invasão atual, ou pelos meios violentos que sugerem uma política militar.

V. O padrão genocida de destruição visando os ucranianos.

- a) Assassinatos em massa. As investigações concluíram que as forças russas reuniram civis ucranianos para execuções em massa em todo o território ocupado, caracterizadas por um padrão nos métodos de assassinato mãos amarradas, tortura e tiros na cabeça à queimaroupa. O massacre de Bucha, por ter sido bem documentado, pode indicar a existência de táticas idênticas utilizadas pelas forças armadas russas em áreas ocupadas atualmente inacessíveis. O número de valas comuns em áreas controladas pela Rússia cresece rapidamente, de acordo com as informações recolhidas por investigadores e por imagens de satélite, embora não seja possível saber a extensão total do morticínio até que o acesso aos locais controlados pelas forças russas esteja assegurado.
- b) Ataques deliberados a abrigos, rotas de evacuação e corredores humanitários. As forças russas atacam, de forma sistemática e com precisão, abrigos e rotas de evacuação, indiciando uma política militar, assassinando e detendo civis em áreas sitiadas ou em conflito.
- c) **Bombardeamento indiscriminado de áreas residenciais.** As forças russas têm usado extensivamente armas de índole indiscriminada ou armas de fragmentação, visando áreas densamente povoadas em pelo menos oito *oblasts* (províncias) ucranianos.
- d) Cercos militares russos: Inflição deliberada e sistemática de condições que ameaçam a vida. Enquanto bombardeiam os Ucranianos em áreas sitiadas, por dentro e por fora, as forças armadas russas ameaçam as condições de vida de forma sistemática e deliberada.
 - i. A destruição de infraestruturas vitais. As forças russas seguem um padrão semelhante ao sitiarem cidades ucranianas, atacando inicialmente fontes de abastecimento de água e de energia e infraestruturas de comunicações, e posteriormente, instalações médicas, depósitos de cereais e centros de auxílio humanitário, o que evidencia uma estratégia e uma política militar destinada a pôr

- em risco as condições de vida dos Ucranianos. Estas ações coordenadas pelos militares russos para privar os Ucranianos das necessidades básicas e submetê-los a uma situação insustentável, demonstram que os cercos são planeados para provocar a sua destruição física. Em 15 de abril, 1,4 milhões de pessoas no leste da Ucrânia não tinham água potável e outros 4,6 milhões não tinham acesso adequado à água.
- ii. Ataques ao sistema de saúde. Até 25 de maio, a Organização Mundial da Saúde documentou 248 ataques ao sistema de saúde da Ucrânia. Os ataques constantes e deliberados das forças russas às maternidades são particularmente demonstrativos da intenção genocida na medida em que constituem quatro dos cinco atos genocidas: matar ou ferir gravemente, agravar as condições gerais de risco de vida e impedir que as mulheres ucranianas dêem à luz com segurança.
- iii. Destruição e apreensão de bens de primeira necessidade, de ajuda humanitária e de cereais. As forças russas destruíram e apreenderam numerosos depósitos de cereais, e inclusivamente expropriaram centenas de milhares de toneladas para a Rússia, além de constantemente bloquearem ou interditarem a ajuda humanitária ou a deslocação de pessoas que tentam evacuar civis, usando a fome como arma de guerra.
- iv. Outros locais onde as condições de vida são ameaçadas. As forças armadas russas têm retido civis ucranianos noutros locais, onde são privados de necessidades básicas, às vezes provocando mortes mais imediatas por asfixia ou fome.
- e) Violação e violência sexual. Relatos de violência sexual e de violação em áreas ocupadas pela Rússia na Ucrânia sugerem um padrão generalizado e sistemático, incluindo violação em grupo, em lares ou abrigos, violação de pais na presença dos filhos e vice-versa, e escravatura sexual. A violação e a violência sexual podem constituir múltiplos atos de genocídio, incluindo impedir nascimentos e infligir destruição física e biológica a longo prazo. A verdadeira escala da violência sexual relacionada com esta guerra só se tornará evidente com o tempo, mas provavelmente nunca será totalmente revelada.
- f) **Transferência forçada de ucranianos.** A Rússia infomou que foram transferidas mais de um milhão de pessoas da Ucrânia para a Rússia desde que a invasão começou, incluindo mais de 180.000 crianças. Refugiados e autoridades declararam terem sido transferidos à força ou sob ameaça. De acordo com as autoridades ucranianas, a legislação russa está ser revista para acelerar a adoção de crianças do Donbass, e as crianças ucranianas enviadas à força para a Rússia são obrigadas a ter aulas em russo. A transferência forçada de crianças ucranianas para a Rússia é um ato de genocídio, de acordo com o Artigo II (e) da Convenção sobre o Genocídio.
- VI. Intenção de destruir, em parte, o grupo nacional ucraniano. A intenção de destruir "em parte" um grupo tem sido entendida como visando uma parte substancial ou significativa do grupo. No entanto, a escala das atrocidades contra os Ucranianos deve ser avaliada em relação à área de atividade ou de controlo da Rússia. As forças armadas russas deixaram um rasto de destruição física concentrada ao se retirarem das áreas ocupadas, nomeadamente execuções em massa à queimaroupa, tortura, destruição de infraestruturas vitais, violações e violência sexual. A escolha de líderes ou de ativistas ucranianos como alvo de desaparecimento forçado ou de assassinato é mais uma prova da intenção de destruir, em parte, o grupo nacional, porque se tratam de figuras emblemáticas do grupo ou essenciais para a sua sobrevivência.
- VII. A obrigação de prevenir o genocídio. Os Estados têm a obrigação legal de prevenir o genocídio para além das suas fronteiras ao tomarem consciência de um grave risco de genocídio um risco que este relatório demonstrou claramente que foi atingido, e do qual os Estados não podem agora alegar desconhecimento. A Convenção sobre o Genocídio impõe uma obrigação legal mínima aos

Estados para que tomem medidas adequadas e contribuam para a prevenção do genocídio e para a proteção dos civis ucranianos vulneráveis ao risco iminente de genocídio.

Conclusão

Em 1995, os pormenores da chacina de mais de 7.000 rapazes e homens bósnios muçulmanos em Srebrenica só foram conhecidos pela comunidade internacional quando já era tarde demais para evitar um genocídio que aconteceu em poucos dias. Em 2022, temos a capacidade de acompanhar atentamente atrocidades semelhantes à medida que acontecem e de dar a devida resposta.

Este relatório apresenta motivos plausíveis para concluir que a Rússia é responsável por (a) incitamento direto e público ao genocídio e (b) por um padrão de atrocidades das quais é possível deduzir a intenção de destruir, em parte, o grupo nacional ucraniano, em violação do Artigo III (c) e do Artigo II. Além disso, o relatório afirma de modo conclusivo que existe um risco grave de genocídio, exigindo a obrigação jurídica de todos os Estados de o prevenir, de acordo com o Artigo I da Convenção.

¹Relatório do Secretário-Geral de acordo com a resolução 53/35 da Assembleia Geral, The Fall of Srebrenica, Secretário-Geral das Nações Unidas, na página 72 https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/ 549 1999.pdf

Posfácio do Honorável Irwin Cotler

O Centro Raoul Wallenberg para os Direitos Humanos e o Instituto New Lines elaboraram um relatório exaustivo e baseado em evidências convincentes sobre os crimes internacionais da Rússia na sua agressão premeditada e não provocada à Ucrânia. Acreditamos que o enorme volume de provas — apoiadas em determinações legais adequadas — servirá como um recurso importante para as instituições internacionais, os governos, os parlamentos, os tribunais e os líderes da sociedade civil, ajudando a garantir que seja feita justiça ao povo ucraniano e que sejam punidas as atrocidades em massa cometidas pela Rússia.

Este relatório chega a três conclusões plausíveis:

Em primeiro lugar, que a Rússia tem estado envolvida no incitamento ao genocídio, um crime específico, de acordo com a Convenção sobre o Genocídio; em segundo lugar, que a intenção e a ação genocida podem ser deduzidas a partir da agressão criminosa e dos crimes de atrocidade em massa cometidos pela Rússia; em terceiro lugar, que os Estados signatários da Convenção têm a responsabilidade de prevenir e de responsabilizar a Rússia.

Compreendemos que haja relutância em evocar a Convenção sobre o Genocídio — e que isso poderia desencadear um debate sobre a sua definição e não sobre as medidas necessárias a ser tomadas — porém, neste caso, as atrocidades generalizadas e sistemáticas contra os Ucranianos obrigam à tomada de decisões e à responsabilidade de agir.

Resumindo, o relatório destaca a nossa responsabilidade em prevenir novas atrocidades e o incitamento ao genocídio, bem como a de oferecer proteção contra eles. Agora que a comunidade internacional enfrenta a maior ameaça à ordem jurídica internacional da história recente — a independência política e a integridade territorial do Estado e do povo da Ucrânia —, já não podemos continuar a dizer que não sabemos. Sabemos e devemos atuar.

Irwin Cotler Presidente Internacional Centro Raoul Wallenberg para os Direitos Humanos, Montreal, QC